

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	30/06/2013	30/06/2012 Ajustado	Nota Explicativa	30/06/2013	30/06/2012 Ajustado
Ativo Circulante	265.138.473	249.856.437	Passivo Circulante	279.548.394	282.448.638
Disponibilidades	4.437.335	4.760.717	Depósitos	95.452.156	107.269.306
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	62.877.791	53.504.737	Depósitos à Vista	13.619.955	12.122.202
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.695.443	17.199.730	Depósitos de Poupança	29.293.118	24.762.831
Aplicações em Moedas Estrangeiras	23.917.884	31.383.886	Depósitos Interfinanceiros	24.837.064	33.869.357
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	39.100.755	29.654.160	Depósitos a Prazo	27.702.019	36.514.916
Carteira Própria	9.267.379	9.333.361	Captações no Mercado Aberto	67.060.306	56.566.772
Vinculados a Compromissos de Recompra	23.782.793	17.050.150	Carteira Própria	42.498.437	40.527.946
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.016.245	2.063.155	Carteira de Terceiros	13.647.961	9.770.446
Vinculados ao Banco Central	1.683.099	405.604	Carteira de Livre Movimentação	10.913.908	6.268.380
Vinculados à Prestação de Garantias	2.351.239	801.890	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	27.801.661	27.367.170
Relações Interfinanceiras	33.912.502	40.490.545	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	21.487.443	26.653.901
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.552.446	1.454.869	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6.314.218	713.269
Créditos Vinculados:	32.325.517	39.010.098	Relações Interfinanceiras	7.141.430	1.405.690
Depósitos no Banco Central	32.325.517	39.010.098	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.384.097	1.395.879
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	136	833	Correspondentes	30.333	9.811
Correspondentes	34.339	25.578	Relações Interdependências	984.246	1.091.031
Relações Interdependências	996	2.066	Recursos em Trânsito de Terceiros	982.419	1.089.606
Transferências Internas de Recursos	996	2.066	Transferências Internas de Recursos	1.827	1.425
Operações de Crédito	50.675.273	54.283.617	Obrigações por Empréstimos	15.536.221	13.167.489
Setor Público	26.150	53.919	Empréstimos no País - Outras Instituições	48.653	49.663
Setor Privado	53.037.917	56.008.200	Empréstimos no Exterior	15.487.568	13.117.626
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	2.281	-	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.935.394	3.581.982
Operações de Arrendamento Mercantil	17.547	75.944	Tesouro Nacional	244	251
Setor Privado	18.733	81.250	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.285.001	2.757.968
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(1.186)	(5.306)	Caixa Econômica Federal (CEF)	2.828	49.923
Outros Créditos	73.539.012	66.653.441	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	1.547.741	690.970
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	283	704	Outras Instituições	99.580	82.870
Carteira de Câmbio	44.929.327	38.727.984	Obrigações por Repasses do Exterior	19.266	363.480
Rendas a Receber	544.639	382.965	Repasses do Exterior	19.266	363.480
Negociação e Intermediação de Valores	841.786	2.420.393	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.103.655	2.354.358
Créditos Tributários	4.585.340	6.351.285	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.103.655	2.354.358
Diversos	22.715.189	18.870.594	Outras Obrigações	66.241.059	69.281.360
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(77.552)	(100.484)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.019.761	1.160.917
Outros Valores e Bens	577.262	431.211	Carteira de Câmbio	42.114.103	36.729.965
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	-	111.102	Sociais e Estatutárias	1.146.006	1.673.673
Outros Valores e Bens	187.928	87.534	Fiscais e Previdenciárias	18	895.880
(Provisões para Desvalorizações)	(56.326)	(77.377)	Negociação e Intermediação de Valores	10	1.654.979
Despesas Antecipadas	445.660	309.952	Dívidas Subordinadas	19	1.030.011
Ativo Realizável a Longo Prazo	196.203.166	193.558.995	Diversas	20	18.380.319
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.665.439	17.823.712	Passivo Exigível a Longo Prazo	151.392.224	138.348.658
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.665.439	17.823.712	Depósitos	53.280.609	63.859.397
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	400.366	Depósitos Interfinanceiros	744.758	18.321.824
(Provisões para Perdas)	-	(200)	Depósitos a Prazo	52.535.851	45.537.573
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	67.710.942	71.454.311	Captações no Mercado Aberto	27.844.393	21.812.342
Carteira Própria	7.578.950	13.679.107	Carteira Própria	27.844.393	21.812.342
Vinculados a Compromissos de Recompra	46.819.245	45.713.311	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	34.027.295	21.955.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.456.016	3.191.094	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	21.528.147	11.423.054
Vinculados ao Banco Central	978.062	1.283.990	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	12.499.148	10.532.110
Moedas de Privatização	2.596	2.452	Obrigações por Empréstimos	1.417.340	1.475.817
Vinculados à Prestação de Garantias	7.876.073	7.584.357	Empréstimos no País - Outras Instituições	49.832	96.869
Relações Interfinanceiras	167.663	204.828	Empréstimos no Exterior	1.367.508	1.378.948
Créditos Vinculados:	167.663	204.828	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	6.623.752	6.189.666
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.663	204.828	Tesouro Nacional	731	940
Operações de Crédito	84.993.302	85.670.329	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	3.561.490	2.686.865
Setor Público	73.587	89.402	Caixa Econômica Federal (CEF)	66.226	1.254
Setor Privado	105.555.005	95.505.556	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	2.995.305	3.498.416
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	35.907	-	Outras Instituições	-	2.191
Operações de Arrendamento Mercantil	2.137	22.752	Obrigações por Repasses do Exterior	9.516	32.383
Setor Privado	4.206	27.579	Repasses do Exterior	9.516	32.383
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(2.069)	(4.827)	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.532.064	3.086.960
Outros Créditos	21.221.965	18.091.607	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.532.064	3.086.960
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	4.759	74.071	Outras Obrigações	24.657.255	19.936.929
Carteira de Câmbio	236.522	218.518	Carteira de Câmbio	9	97.659
Rendas a Receber	132.283	90.209	Sociais e Estatutárias	18	11.864.270
Negociação e Intermediação de Valores	9.098	9.406.376	Fiscais e Previdenciárias	18	3.602.938
Créditos Tributários	11.773.801	8.632.775	Negociação e Intermediação de Valores	10	29.476
Diversos	9.363.481	8.632.775	Dívidas Subordinadas	19	8.015.620
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(297.979)	(330.342)	Diversas	20	4.650.230
Outros Valores e Bens	541.718	391.456	Resultados de Exercícios Futuros	251.659	218.481
Investimentos Temporários	8.061	8.061	Resultados de Exercícios Futuros	251.659	218.481
(Provisões para Perdas)	(1.765)	(1.765)	Patrimônio Líquido	63.967.354	63.428.817
Despesas Antecipadas	535.422	285.160	Capital Social:	62.828.201	62.828.201
Permanente	33.817.992	41.029.162	De Domiciliados no País	6.251.291	6.251.291
Investimentos	13.295.600	17.450.499	De Domiciliados no Exterior	56.576.910	56.576.910
Participações em Coligadas e Controladas:	14	13.278.238	Reservas de Capital	631.268	584.413
No País	11.114.399	15.518.960	Reservas de Lucros	2.073.816	1.667.523
No Exterior	2.163.839	1.916.120	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.400.299)	(1.483.782)
Outros Investimentos	49.213	47.270	(-) Ações em Tesouraria	(165.632)	(167.538)
(Provisões para Perdas)	(31.851)	(31.851)	Total do Ativo	495.159.631	484.444.594
Imobilizado de Uso	5.751.459	5.007.392			
Imóveis de Uso	2.045.600	2.135.430			
Outras Imobilizações de Uso	8.386.087	7.010.842			
(Depreciações Acumuladas)	(4.680.228)	(4.138.880)			
Intangível	14.770.933	18.571.271			
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	26.012.090			
Outros Ativos Intangíveis	6.827.644	6.783.697			
(Amortizações Acumuladas)	(18.068.801)	(14.224.516)			
Total do Ativo	495.159.631	484.444.594	Total do Passivo	495.159.631	484.444.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
			Reserva Legal	Reserva de Dividendos	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	62.828.201	529.149	1.140.847	491.050	719.112	18.109	-	(112.768)	65.613.700
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.k	-	-	106.468	-	-	(2.524.323)	-	(2.417.855)
Saldos em 1 de Janeiro de 2012	62.828.201	529.149	1.140.847	597.518	719.112	18.109	-	(112.768)	63.195.845
Aquisições de Ações Próprias	22.d	-	-	-	-	-	-	(54.770)	(54.770)
Resultado de Ações em Tesouraria	22.d	-	(51)	-	-	-	-	-	(51)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	33.e	-	55.315	-	-	-	-	-	55.315
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	278.264	25.056	-	-	303.320
Dividendos com base na Reserva para Igualização de Dividendos	22.b	-	-	(490.000)	-	-	-	-	(490.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.416.130	-	1.416.130
Plano de Benefícios a Funcionários - Efeito na Demonstração do Resultado de 30 de Junho de 2012	3.k	-	-	-	-	-	-	(16.972)	(16.972)
Destinações:									
Reserva Legal	22.b	-	69.958	-	-	-	-	(69.958)	-
Dividendos	22.b	-	-	-	-	-	-	(410.000)	(410.000)
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(570.000)	(570.000)
Reserva para Igualização de Dividendos	22.c	-	-	349.200	-	-	-	(349.200)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012 Ajustado	62.828.201	584.413	1.210.805	456.718	997.376	43.165	-	(167.538)	63.428.817
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado	62.828.201	610.215	1.300.216	955.527	413.578	73.737	-	(170.562)	63.486.589
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	22.d	-	-	-	-	1.378.869	-	-	1.378.869
Aquisições de Ações Próprias	22.d	-	-	-	-	-	(24.484)	(24.484)	-
Resultado de Ações em Tesouraria	22.d	-	(676)	-	-	-	29.414	28.738	-
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	33.e	-	21.729	-	-	-	-	-	21.729
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	(571.646)	(170.514)	-	-	(742.160)
Dividendos com base na Reserva para Igualização de Dividendos	22.b	-	-	(650.000)	-	-	-	-	(650.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	768.073	-	768.073
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	38.404	-	-	-	-	(38.404)	-
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Reserva para Igualização de Dividendos	22.c	-	-	429.669	-	-	-	(429.669)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	62.828.201	631.268	1.338.620	735.196	(158.068)	(96.777)	-	(165.632)	63.967.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (B

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Requerida	Adicional (2)	Total
		30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012
AA	-	50.624.835	-	50.624.835	-	-	-
A	0,5%	77.538.497	-	77.538.497	387.692	291.903	679.595
B	1%	15.778.882	1.877.505	17.656.387	176.564	319.056	495.620
C	3%	7.746.416	4.372.115	12.118.531	363.556	34.534	398.090
D	10%	1.522.377	4.326.503	5.848.880	584.888	-	584.888
E	30%	547.707	1.532.985	2.080.692	624.208	-	624.208
F	50%	335.592	3.074.233	3.409.825	1.704.913	-	1.704.913
G	70%	24.765	1.154.381	1.179.146	825.402	-	825.402
H	100%	394.491	7.833.551	8.228.342	8.228.342	-	8.228.342
Total		154.513.562	24.171.573	178.685.135	12.895.565	645.493	13.541.058

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Saldo Inicial	13.299.770	10.662.794
Constituições Líquidas das Reversões	6.536.899	6.739.907
Baixas	(6.295.611)	(5.258.611)
Saldo Final (1)	13.541.058	12.144.090
Circulante	2.469.813	1.884.292
Longo Prazo	11.071.245	10.259.798
Créditos Recuperados (2)	726.087	786.520

(1) Inclui R\$3.255 (30/06/2012 - R\$10.133) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. No semestre findo em 30 de junho de 2013, inclui resultado da cessação de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$22.030 (2012 - R\$20.603).

g) Créditos Renegociados

	30/06/2013	30/06/2012
Créditos Renegociados	11.666.234	9.966.439
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.686.032)	(5.218.751)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	48,7%	52,4%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avals e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	30/06/2013		Consolidado 30/06/2012	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	10.159.707	3,6%	9.602.438	3,6%
10 Maiores	33.415.752	11,8%	30.061.973	11,4%
20 Maiores	45.800.244	16,1%	39.705.510	15,1%
50 Maiores	64.363.395	22,6%	57.340.442	21,8%
100 Maiores	79.090.106	27,8%	71.774.830	27,3%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	22.673.404	18.948.607
Câmbio Comprado a Liquidar	22.629.739	20.114.464
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebíveis	(214.486)	(194.674)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	76.384	77.256
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	808	849
Total	45.165.849	38.946.502
Circulante	44.929.327	38.727.984
Longo Prazo	236.522	218.518
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	23.456.085	19.565.398
Obrigações por Compra de Câmbio	21.637.650	19.175.533
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.882.460)	(1.960.762)
Outros	487	443
Total	42.211.762	36.780.612
Circulante	42.114.103	36.729.965
Longo Prazo	97.659	50.647
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	841.698	755.902
Créditos de Exportação Confirmados	374.550	78.253

10. Negociação e Intermediação de Valores

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	586.634	1.909.474
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	9.313	58.797
Bolsas - Depósitos em Garantia	46.419	28.023
Outros (1)	208.518	424.099
Total	850.884	2.420.393
Circulante	841.786	2.420.393
Longo Prazo	9.098	-
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.162.844	1.110.157
Credores - Conta Liquidações Pendentes	229.385	80.154
Credores por Empréstimos de Ações	290.212	164.700
Comissões e Corretagens a Pagar	2.014	1.616
Total	1.684.455	1.356.627
Circulante	1.654.979	1.356.627
Longo Prazo	29.476	-

(1) Em 30 de junho de 2013, o valor refere-se a depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão (30/06/2012 - R\$399.623).

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

Saldo em 31/12/2012	Ajustado	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2013	
				Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.146.471	2.499.955	(1.399.054)	5.247.372	5.247.372
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	577.850	139.557	(126.511)	590.896	590.896
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.299.650	367.333	(54.516)	3.612.467	3.612.467
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	995.968	55.204	(304.345)	746.827	746.827
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.172.387	-	(249.691)	922.696	922.696
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	347.076	83.067	-	430.143	430.143
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.799.440	128.779	(930.229)	997.990	997.990
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	248.854	172.655	(253.002)	168.507	168.507
Outras Provisões Temporárias	1.533.947	-	(134.417)	1.399.530	1.399.530
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	14.121.643	3.446.550	(3.451.765)	14.116.428	14.116.428
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.465.953	410.950	-	1.876.903	1.876.903
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581	683.581
Total dos Créditos Tributários	16.271.177	3.857.500	(3.451.765)	16.676.912	16.676.912
Créditos não Registrados	(563.697)	-	245.926	(317.771)	(317.771)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	15.707.480	3.857.500	(3.205.839)	16.359.141	16.359.141
Circulante	6.020.627	-	-	6.020.627	6.020.627
Longo Prazo	9.686.853	-	-	10.338.514	10.338.514
Saldo em 31/12/2011					
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	2.657.225	(2.336.465)	4.418.976	4.418.976
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	28.597	(1.120)	578.786	578.786
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	371.008	(78.257)	2.906.549	2.906.549
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	94.864	(286.621)	1.030.072	1.030.072
Agio Amortizado	116.762	-	(37.643)	79.119	79.119
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.674.264	-	(503.332)	1.170.932	1.170.932
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	100.788	230.832	-	331.620	331.620
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	314.938	1.625.457	-	1.940.395	1.940.395
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	213.647	(311.090)	215.979	215.979
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	-	(83.464)	1.369.197	1.369.197
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	5.239.109	(3.637.992)	14.039.104	14.039.104
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	1.476.806	-	1.806.055	1.806.055
Contribuição Social - MP 2.158/2001	683.581	-	-	683.581	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	6.715.915	(3.637.992)	16.528.740	16.528.740
Créditos não Registrados	(889.053)	-	117.974	(771.079)	(771.079)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	6.715.915	(3.520.018)	15.757.661	15.757.661
Circulante	5.980.796	-	-	5.980.796	5.980.796
Longo Prazo	6.580.968	-	-	9.776.865	9.776.865

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.k.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base		Total Registrados	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%		
2013	1.056.559	637.469	28.597	914.905	41.156	2.678.686	2.678.686
2014	1.896.008	1.139.517	57.193	571.354	149.235	3.813.307	3.813.307
2015	3.337.948	1.967.356	33.271	-	-	5.338.575	5.338.575
2016	1.187.469	525.635	9.349	310.371	123.068	2.155.892	2.155.892
2017	236.370	144.637	9.349	45.560	202.473	638.389	638.389
2018 a 2020	547.534	309.634	4.674	-	167.649	1.029.941	1.029.941
2021 a 2022	343.622	196.349	-	-	-	539.971	539.971
2023 a 2025	180.074	133.388	-	-	-	348.175	348.175
2026 a 2027	21.316	10.664	-	-	-	31.980	31.980
Após 2027	74.029	28.417	-	-	-	102.446	102.446
Total	8.880.929	5.093.066	142.433	1.876.903	683.581	16.676.912	16.359.141

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários O valor presente total dos créditos tributários é de R\$14.611.562 (30/06/2012 - R\$12.861.008) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$ 14.469.253 (30/06/2012 - R\$12.536.939), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2013	30/06/2012
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	-	-
Cartões de Crédito	10.681.751	10.017.073
Direitos Creditórios	6.005.036	3.796.390
Cédula de Produto Rural (CPR)	252.054	244.246
Devedores por Depósitos em Garantia	-	-
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.274.143	3.194.859
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.921.028	1.995.790
Outros	509.638	585.762
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 21.i)	841.419	832.868
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.717.818	2.219.411
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	3.808.689	2.250.746
Pagamentos a Recessar	311.093	210.013
Adiantamentos Salariais/Outros	235.941	421.709
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	28.622	41.370
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.e)	404.862	460.849
Outros	1.086.576	1.232.283
Total Circulante	32.078.670	27.503.369
Longo Prazo	22.715.189	18.870.594
	9.363.481	8.632.775

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso

	30/06/2013		30/06/2012	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.045.600	(451.738)	1.593.862	1.682.629
Terenos ⁽¹⁾	679.467	-	679.467	707.427
Edificações ⁽¹⁾	1.366.133	(451.738)	914.395	975.202
Outras Imobilizações de Uso	8.386.087	(4.228.490)	4.157.597	3.324.763
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso ⁽¹⁾	1.976.618	(810.723)	1.165.895	993.878
Sistemas de Processamento de Dados	2.118.536	(1.678.784)	439.752	481.620
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.546.935	(1.208.976)	1.337.959	1.182.492
Sistemas de Segurança e Comunicações	510.983	(301.333)	209.650	206.002
Outras	1.233.015	(228.674)	1.004.341	460.771
Total	10.431.687	(4.680.228)	5.751.459	5.007.392

⁽¹⁾ Em 2013, foram realizadas vendas para o Fundo Imobiliário de terrenos no valor de R\$3.626, edificações de R\$5.748 e instalações no valor de R\$6.576, totalizando o montante de R\$15.950 (Nota 31).

16. Intangível

Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas

	30/06/2013		30/06/2012	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outros Ativos Intangíveis	6.827.644	(3.042.487)	3.785.157	3.948.509
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.773.901	(1.763.873)	2.010.028	2.065.528
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.891.684	(1.253.097)	1.638.587	1.735.527
Outros	162.059	(25.517)	136.542	147.454
Total	32.839.734	(18.068.801)	14.770.933	18.571.271

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 10 anos, horizonte considerado adequado para determinar o valor econômico no caso de uma unidade geradora de caixa com perspectivas de continuidade do nível de atividade de suas operações. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2013 e 2012.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

	30/06/2013				30/06/2012					
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	13.619.955	-	-	-	13.619.955	12.222.202	-	-	-	12.222.202
Depósitos de Poupança	29.293.118	-	-	-	29.293.118	24.762.831	-	-	-	24.762.831
Depósitos Interfinanceiros	-	2.652.592	22.184.472	744.758	25.581.822	52.191.181	-	-	-	52.191.181
Depósitos a Prazo	246.413	15.452.535	12.003.071	52.535.851	80.237.870	82.052.489	-	-	-	82.052.489
Total	43.159.486	18.105.127	34.187.543	53.280.609	148.732.765	171.128.703	95.452.156	107.269.306	53.280.609	63.859.397

b) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2013				30/06/2012			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Carteira Própria	33.778.462	8.719.975	27.844.393	70.342.830	62.340.288	-	-	62.340.288
Títulos Públicos	30.394.165	24.072	-	30.418.237	32.644.721	-	-	32.644.721
Outros	3.384.297	8.695.903	27.844.393	39.924.593	29.695.567	-	-	29.695.567
Carteira de Terceiros	13.647.961	-	-	13.647.961	9.770.446	-	-	9.770.446
Carteira de Livre Movimentação	9.773.594	1.140.314	-	10.913.908	6.268.380	-	-	6.268.380
Total	57.200.017	9.860.289	27.844.393	94.904.699	78.379.114	67.060.306	56.566.772	27.844.393

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2013				30/06/2012			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.163.555	13.323.888	21.528.147	43.015.590	38.076.955	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽³⁾	4.246.996	8.113.695	573.445	12.934.136	9.811.659	-	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽⁴⁾	764.713	749.522	8.097	1.522.332	1.884.500	-	-	-
Letras Financeiras ⁽¹⁾	3.151.846	4.460.671	20.946.605	28.559.122	26.390.796	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.586.584	4.727.634	12.499.148	18.813.366	11.245.379	-	-	-
Eurobonds	1.422.958	4.486.448	10.628.673	16.538.079	9.878.412	-	-	-
Notas de Securitização - MT100 ⁽²⁾	163.626	241.186	1.870.475	2.275.287	2.266.967	-	-	-
Total	9.750.139	18.051.522	34.027.295	61.828.956	49.322.334	27.801.661	27.367.170	34.027.295

⁽¹⁾ As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2018.

⁽²⁾ Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

⁽³⁾ Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2018.

⁽⁴⁾ Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 85,0% a 100,0% do CDI. Em 30 de junho de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2014.

	30/06/2013					30/06/2012				
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total
Eurobonds										
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	3.046.220	1.623.292				
Eurobonds	março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	2.658.720	2.427.636				
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.883.055	1.711.599				
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	1.895.197	1.709.518				
Eurobonds ⁽²⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	1.284.705	-				
Eurobonds	março-13	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	743.772	-				
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	354.692	322.511				
Eurobonds ⁽²⁾	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	358.013	325.480				
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	167.999	333.182				
Outras ⁽³⁾	-	-	-	-	4.145.706	525.194				
Total					16.538.079	8.978.412				

⁽¹⁾ A operação possui fluxo de juros composto: até 17/04/2013 = 4,5% a.a., no período de 18/04/2013 a 17/10/2017 = 8,4% a.a. e de 18/10/2017 a 17/04/2018 = 7,0% a.a.

⁽²⁾ Inclui R\$2.309.542 (30/06/2012 - R\$733.664) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.284.705 indexado em Reais, R\$876.871 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (30/06/2012 - R\$647.991), R\$93.768 em Peso Chileno (30/06/2012 - R\$85.673) e R\$54.198 em Iuan, e R\$294.210 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço.

	30/06/2013					30/06/2012				
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾	Total	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total
Notas de Securitização - MT100										
Série 2008-1	maio-08	março-15	US\$	6,2%	187.112	248.549				
Série 2008-2 ⁽²⁾	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	889.303	812.002				
Série 2009-1	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	57.111	85.555				
Série 2009-2	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	106.163	102.820				
Série 2010-1	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	477.375	508.519				
Série 2011-1 ⁽³⁾	maio-11	março-18	US\$	4,2%	224.145	204.488				
Série 2011-2 ⁽⁴⁾	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	334.078	305.034				
Total					2.275.287	2.266.967				

⁽¹⁾ Encargos pagos semestralmente.

⁽²⁾ Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

⁽³⁾ Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

⁽⁴⁾ Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2013		01/01 a 30/06/2012	
Depósitos a Prazo	2.638.124	3.725.130	-	-
Depósitos de Poupança	767.461	758.910	-	-
Depósitos Interfinanceiros	858.796	2.395.452	-	-
Captação no Mercado Aberto	3.885.271	4.130.852	-	-
Outros ⁽¹⁾	3.476.826	3.273.880	-	-
Total	11.626.478	14.284.224		

⁽¹⁾ Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30/06/2013				30/06/2012			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Obrigações por Empréstimos no País	10.170	38.483	49.832	98.485	146.732	-	-	-
Obrigações por Empréstimos no Exterior	5.747.650	9.739.918	1.367.508	16.855.076	14.496.574	-	-	-
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	5.003.554	9.535.830	1.309.690	15.849.074	13.403.837	-	-	-
Outras Linhas de Crédito	744.096	204.088	57.818	1.006.002	1.091.737	-	-	-
Obrigações por Repasses do País	979.279	1.956.115	6.623.572	9.559.146	9.771.648	-	-	-
Obrigações por Repasses do Exterior	0.975	9.516	9.516	28.782	395.863	-	-	-
Total	6.746.849	11.744.032	8.050.608	26.541.489	24.810.817	18.490.881	17.112.951	8.050.608

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2014 (30/06/2012 - até o ano de 2014) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,4% a 17,9% a.a. (30/06/2012 - 0,1% a.a. a 11,4% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,5% a.a. (30/06/2012 - 1,5% a.a. a 2,1% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (30/06/2012 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2013		30/06/2012	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21 b)	10.371.843	8.649.660	-	-
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 21.1)	832.241	810.841	-	-
Passivos Tributários Diferidos	1.298.454	2.081.232	-	-
Impostos e Contribuições a Pagar	257.612	320.530	-	-
Total	12.760.150	11.862.263		
Circulante	895.880	8.259.325		
Longo Prazo	11.864.270	3.602.938		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
PRESIDENTE Marcial Angel Portela Alvarez	VICE-PRESIDENTE Celso Clemente Giacometti	CONSELHEIROS Jesús María Zabalza Lotina Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José Manuel Tejon Borraro José de Paiva Ferreira	CONSELHEIROS INDEPENDENTES José Roberto Mendonça de Barros Marilia Antimonte Rocca Viviane Senna Lalli	
DIRETORIA EXECUTIVA				
DIRETOR PRESIDENTE Jesús María Zabalza Lotina				
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS SENIOR Conrado Engel			José de Paiva Ferreira**	
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Carlos Alberto López Galán				
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS				
Carlos Rey de Vicente* Ignacio Dominguez-Adame Bozzano	João Guilherme de Andrade So Consiglio Lilian Maria Ferezim Guimarães	Luís Felix Cardamone Neto Manoel Marcos Madureira	Marco Antônio Martins de Araújo Filho Oscar Rodriguez Herrero	Pedro Carlos Araújo Coutinho Pedro Paulo Longuini
DIRETORES EXECUTIVOS				
Fernando Díaz Roldán	Jose Alberto Zamorano Hernandez	José Roberto Machado Filho	Luciane Ribeiro	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA				
Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Nader Alfaya Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Alberto Seiji Nomoto Cassio Schmitt Cassius Schymura Ede Iلسon Viani Eduardo Müller Borges	Flávio Tavares Valadaó Gilberto Duarte de Abreu Filho Gilson Finkelsztain Jamil Habibe Hannouche Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez* Jean Pierre Dupui Luiz Felipe Taunay Ferreira Mara Regina Lima Alves Garcia	Marcelo Audi Marcelo Zerbinatti Marcio Aurelio de Nobrega Maria Eugénia Andrade Lopez Santos Mauro Siequeroli Miguel Angel Albero Ocerin Nilo Sérgio Silveira Carvalho Nilton Sergio Silveira Carvalho	Ramón Sanchez Díez Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto de Oliveira Campos Neto Ronaldo Yassuyuki Morimoto Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Ilg Wilson Luiz Matar	

*Posse pendente de obtenção de visto permanente.

** Pendente de aprovação do Banco Central.

CONTADOR	
Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, a sociedade de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.r1.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias, interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março de 2013 e 24 de abril de 2013. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários. Reuniu-se, formalmente, em cinquenta e oito ocasiões durante o primeiro semestre de 2013 e em julho de 2013, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são enviadas para o Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2013 e em 29 de julho de 2013. Em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, acompanhou a proposta de venda da totalidade das ações de emissão da Santander Brasil Asset Management DTM S.A., sociedade controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., com participação minoritária da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, durante o primeiro semestre de 2013.

Adicionalmente, o Coordenador participa como ouvinte do Comitê de Riscos do Conselho de Administração e também do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos - Asset Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria também acompanha os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedade de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou o fechamento do primeiro semestre de 2013, previamente às divulgações, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse). No período, o Santander também divulgou as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786/2009.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais e Diretoria Executiva de Capital e Controles Internos-SOX, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria também acompanhou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S.A., relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Ênfase sobre reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pelo Banco nas demonstrações financeiras, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, bem como os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), homologado pelo Conselho Monetário Nacional através da Resolução nº 4.007, de 25 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP



Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável e outros representantes da Auditoria Interna em seis ocasiões durante o primeiro semestre e em julho de 2013, e, em diversas outras oportunidades, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2013, e acompanhou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar". Reuniu-se, ainda, com o Diretor de Auditoria Interna para apresentar o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Interna, realizada pelo Comitê de Auditoria, conforme regulamentação em vigor.

Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, em sete ocasiões no primeiro semestre de 2013 e em julho de 2013. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2013; práticas contábeis, deficiências, comentários e recomendações relatadas no relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou ainda as propostas apresentadas pela Deloitte, para realização de outros serviços que não aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no primeiro semestre de 2013, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para agosto de 2013.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências civis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas e aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro; (v) com a Diretoria de Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital; e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento. O Comitê de Auditoria avaliou, formalmente, a contribuição e o desempenho individual de seus membros e sua eficácia.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos sobre atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria
São Paulo, 29 de julho de 2013

Celso Clemente Giacometti
Elidie Palma Bifano
René Luiz Grande - Coordenador
Taiki Hirashima - Especialista Financeiro